

## SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - RFQ Serviços

**Ref.: Edital nº 001/2020 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005**  
**Processo nº: 01302.000535/2019-67**  
(Favor referir-se a este número em todas as correspondências)

08 de Julho de 2020.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, convidá-los a apresentarem uma proposta para ***“Desenvolvimento da análise situacional da Mobilidade Urbana com integração ao Meio Ambiente, com informações para as estratégias a serem adotadas e a proposição de planos de ação para mitigar os problemas identificados, dentro da realidade do Distrito Federal”***, segundo este documento de solicitação.

A Solicitação de Cotação (RFQ) consiste desta página de rosto e dos seguintes Anexos:

Anexo I - Condições Gerais do Contrato

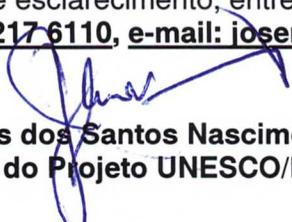
Anexo II - Termos de Referência (TOR)

Sua oferta deve ser entregue no SAUS, Quadra 05, Lote 06, Bloco H, Protocolo do IBICT, CEP: 70.070-912 – Brasília DF, **até as 17h00 do dia 22/07/2020**, fazendo referência ao **Edital nº 001/2020 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005**.

Juntamente com as propostas deverão ser encaminhadas as seguintes informações:

- Número do Edital
- Nome Fantasia da Licitante
- Razão Social da Licitante
- Endereço, Telefone, Fax, Site, E-mail.
- Dados Bancários (Banco, Agência, Conta).
- Nome Completo e CPF do Responsável Legal
- Cópia do Cartão do CNPJ

No caso de qualquer solicitação de esclarecimento, entre em contato com o IBICT, até o dia **20/07/2020**, **telefone: (61) 3217-6110**, **e-mail: [josenascimento@ibict.br](mailto:josenascimento@ibict.br)**.



**José Luís dos Santos Nascimento**  
Coordenador Nacional do Projeto UNESCO/IBICT 914BRZ2005

## ANEXO I: Condições Gerais do Contrato para Fornecimento de Bens e Serviços

### 1. ACEITAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato só pode ser aceito pela assinatura do Contratado e pela entrega pontual dos bens de acordo com os termos deste Contrato, conforme especificado neste documento. A aceitação deste Contrato resultará em um Contrato entre as partes em que os direitos e obrigações das Partes serão regidos unicamente pelos termos e condições deste Contrato, incluindo estas Condições Gerais. Nenhuma disposição adicional ou inconsistente proposta pelo Contratado obrigará a UNESCO a nada, a menos que acordado por escrito por seu funcionário devidamente autorizado.

### 2. DEFINIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Bens são, incluindo, mas não se limitando a, equipamentos, peças sobressalentes, commodities, matérias-primas, componentes, produtos intermediários e os produtos que o Contratado é obrigado a fornecer sob este Contrato. Os serviços incluem, sem limitação, serviços conexos ao fornecimento dos produtos, instalação, treinamento, transporte e quaisquer outras obrigações, conforme exigido no âmbito deste Contrato.

### 3. PAGAMENTO

A UNESCO efetuará, no cumprimento dos prazos de entrega, salvo disposição em contrário no presente Contrato, o pagamento no prazo de até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal do Contratado e cópias dos documentos de embarque especificados neste Contrato. O pagamento pela UNESCO não implica aceitação dos produtos nem de quaisquer trabalhos ou serviços relacionados nos termos deste Contrato.

### 4. ISENÇÃO DE IMPOSTOS

A Seção 7 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, nomeadamente, que a UNESCO e seus órgãos subsidiários são isentos de todos os impostos diretos e estão isentos de direitos aduaneiros em relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Assim, o Contratado autoriza a UNESCO a deduzir da fatura qualquer montante que representa tais impostos ou direitos cobrados a UNESCO pelo Contratado. O pagamento desse valor ajustado constituirá pagamento integral pela UNESCO. No caso de qualquer autoridade tributária se recusar a reconhecer a isenção da UNESCO a partir de tais impostos ou taxas, o Contratado deverá consultar imediatamente a UNESCO.

### 5. MARCAS

Sempre que um INCOTERM for usado neste Contrato ele deverá ser interpretado de acordo com os INCOTERMS 2000.

### 6. LICENÇA DE EXPORTAÇÃO

O Contratado deverá obter qualquer licença de exportação exigida para os bens.

### 7. INSPEÇÃO E ACEITAÇÃO

Todos os bens devem ser sujeitos a inspeção e testes pela UNESCO ou seu representante designado, na medida do possível, em todos os tempos e lugares, incluindo o período de fabricação e, em qualquer caso, antes da aceitação final pela UNESCO. Se qualquer inspeção ou teste é feito nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor, o Contratado, sem custo adicional, fornecerá todas as instalações e assistência razoáveis para a segurança e comodidade dos inspetores no exercício das suas funções. Todas as inspeções e testes nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor serão realizados de forma a não atrasar indevidamente ou interromper as atividades comerciais ordinárias do Contratado ou seu fornecedor. A aceitação final ou rejeição dos bens deve ser feita o mais breve possível após a entrega, mas a falha em inspecionar e/ou aceitar e/ou rejeitar os bens não retiram do Contratado a responsabilidade por bens não conformes, nem impõe obrigações à UNESCO. O Contratado deverá fornecer e manter um sistema de controle de processo de fabricação, qualidade e inspeção que abranja os bens aceitáveis para a UNESCO. Os registros de todo o trabalho de inspeção pelo Contratado deverão ser mantidos completos e disponibilizados à UNESCO durante a execução nos termos do presente Contrato e pelos 24 (vinte e quatro) meses seguintes ou para qualquer outro período que pode ser especificado neste Contrato. Cópias de todas as certificações de materiais e os resultados dos testes deverão ser apresentadas à UNESCO mediante solicitação.

### 8. ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS, INCLUINDO EMBALAGEM

O Contratado garante que os produtos estejam em conformidade com as especificações e aptos para os fins aos quais esses produtos são normalmente utilizados, bem como para fins de, em locais onde e sob circunstâncias fornecidas pela UNESCO ao Contratado. O Contratado garante que os produtos são novos, de fabricação atual e livre de defeitos de projeto, fabricação e materiais. O Contratado também garante que os bens estejam firmemente contido, embalados e marcados, levando em consideração o(s) modo(s) de embarque, de forma e modo a proteger os bens durante a entrega ao seu destino final. A não ser que um período mais longo seja especificado no presente contrato, o Contratado garante e atesta que reparará ou substituirá, sem despesa para a UNESCO ou seus clientes, quaisquer bens ou componentes que comprovadamente estejam com defeito no desenho, material ou mão de obra dentro de um período de 01 (um) ano a partir da data em que tais bens sejam colocados em uso.

### 9. PÓS-VENDA

A Contratada deverá manter e fornecer assistência técnica, manutenção, serviços, reparos e revisão dos produtos conforme solicitação da UNESCO e de seus clientes referentes a este Contrato.

### 10. INDENIZAÇÃO

O Contratado deverá indenizar e salvaguardar, às suas expensas, a UNESCO, seu pessoal e seus clientes de e contra todas as ações, reclamações, demandas e responsabilidades de qualquer natureza ou tipo, incluindo os custos decorrentes de atos ou omissões do Contratado ou do seu pessoal ou por outros responsáveis no desempenho nos termos deste Contrato.



#### 11. PATENTE

O Contratado deverá defender às suas expensas qualquer processo ou ação movida contra a UNESCO ou seus clientes com base em uma alegação de que qualquer produto ou o uso normal do mesmo fornecido sob este Contrato constitui qualquer violação de qualquer patente de qualquer país, se notificada por escrito pela autoridade competente. As informações e assistência para a defesa dos mesmos correrão a expensas do Contratado. O Contratado deverá pagar todos os danos e custos nela imputadas à UNESCO ou seus clientes. A Contratada deverá, às suas próprias expensas e a seu critério, receber da UNESCO o direito de continuar a usar os bens, modificá-los para que se tornem não infratores ou, com a aprovação da UNESCO, remova referidas bens e reembolsar o preço de compra, incluindo os custos de transporte e instalação.

#### 12. SEGURO CONTRA INCÊNDIO E COBERTURA ESTENDIDA

Em todos os tempos antes da entrega dos bens e/ou serviços, o Contratado deverá efetuar e manter seguro contra incêndio e seguro de cobertura estendida em cima de quaisquer bens sujeitos a este contrato em um montante igual ao valor segurável de tais bens e de serviços incorporados com valores a serem pagos ao Contratado e à UNESCO de acordo com o surgimento dos seus interesses.

#### 13. VARIAÇÃO NAS QUANTIDADES

As quantidades especificadas neste Contrato não poderão ser aumentadas ou diminuídas sem a prévia autorização por escrito da UNESCO.

#### 14. MUDANÇAS

A UNESCO poderá, a qualquer momento, mediante notificação por escrito, fazer alterações no âmbito geral deste Contrato. Se qualquer mudança provocar um aumento ou diminuição do preço ou o tempo necessário para o desempenho do presente Contrato, será feito um ajuste equitativo no preço do Contrato e/ou no cronograma de entrega, e o Contrato deverá ser alterado, rescindido ou reeditado em conformidade. Qualquer reclamação pelo Contratado para ajuste nos valores deve ser informada dentro de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação de mudança; no entanto, a UNESCO poderá, a seu critério exclusivo, receber e agir sobre qualquer reclamação, a qualquer tempo, antes do pagamento final nos termos deste Contrato. A falha em não concordar com os ajustes será uma controvérsia a ser decidida de acordo com a Cláusula 25. Entretanto, nada nesta Cláusula isentará o Contratado de prosseguir com o Contrato, conforme alterado. Nenhuma modificação ou alteração nos termos deste Contrato será válida ou aplicável contra a UNESCO, a menos que seja por escrito e assinada por um representante devidamente autorizado da UNESCO.

#### 15. RESCISÃO POR CONVENIÊNCIA

A UNESCO poderá rescindir este Contrato, no todo ou em parte, mediante notificação ao Contratado. Após o recebimento da notificação de rescisão, o Contratado deverá tomar medidas imediatas para trazer o trabalho e os serviços ao fim de uma forma rápida e ordenada, reduzirá as despesas ao mínimo e não realizará qualquer compromisso para frente a partir da data de recebimento da notificação de rescisão. Em caso de Rescisão por Conveniência, nenhum pagamento será devido pela UNESCO ao Contratado, exceto para obras e serviços executados de forma satisfatória antes da rescisão, para as despesas necessárias para a terminação rápida e ordenada do trabalho e para o custo de tal trabalho necessário. Na medida em que a computação desse pagamento devido pela UNESCO pode não ser suficiente para o Contratado, em relação à rescisão do Contrato, o Contratado poderá reivindicar um ajuste equitativo de acordo com os procedimentos para ajuste equitativo referida na Cláusula 14 acima.

#### 16. REMÉDIOS PARA O DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do Contrato por parte do Contratado, incluindo, mas não limitado, a não obtenção de licenças necessárias para exportação ou para fazer a entrega de todos os bens até a data de entrega acordado, a UNESCO poderá, após ter dado ao Contratado aviso prévio razoável executar e sem prejuízo de quaisquer outros direitos ou recursos, exercer uma ou mais das seguintes direções: (1) adquirir a totalidade ou parte dos bens e/ou serviços de outras fontes/fornecedores, caso em que a UNESCO poderá tornar a Contratada responsável por quaisquer custos adicionais decorrentes deste ato; (2) recusar-se a aceitar a entrega da totalidade ou de parte dos bens e/ou serviços; (3) rescindir este Contrato; (4) exigir que o Contratado envie os bens/serviços pela via mais *premium*, às expensas do Contratado, para cumprir o cronograma de entrega; (5) impor uma indenização.

#### 17. PENALIDADES POR ATRASO

Se o contratante não entregar a totalidade ou parte dos bens ou não executar qualquer dos serviços no prazo especificado no Contrato, a UNESCO poderá, sem prejuízo de quaisquer outros direitos e recursos, deduzir do preço total estipulado no presente Contrato o montante de 0,5% do preço de tais bens ou serviços não executados por cada semana de atraso (ou parte dele), até um período de 8 semanas.

#### 18. FORÇA MAIOR

Não obstante as disposições das Cláusulas 16 e 17, o Contratado não poderá ser responsabilizado por omissão ou indenização, na medida em que seu fracasso em cumprir as suas obrigações nos termos deste Contrato é o resultado de um evento de Força Maior. Para os fins deste Contrato, força maior é definida como um evento fora do controle do contratante, que não envolva culpa ou negligência do Contratado e que não seja previsível, incluindo desastres naturais, guerra (declarada ou não) e outros eventos de natureza ou força similar.

#### 19. FONTE DAS INSTRUÇÕES

O Contratado não deverá buscar nem aceitar instruções de qualquer autoridade externa à UNESCO com relação à execução de seus serviços constantes no presente Contrato. O Contratado deverá abster-se de qualquer ação que possa afetar a UNESCO ou as Nações Unidas de maneira adversa, devendo cumprir seus compromissos com plena consideração pelos interesses da UNESCO.



## 20. FUNCIONÁRIOS NÃO SE BENEFICIARÃO

O Contratado deverá garantir que nenhum funcionário da UNESCO ou das Nações Unidas receba ou tenha oferta do Contratado de qualquer benefício direto ou indireto proveniente do presente Contrato ou prêmio posterior. O Contratado concorda que a violação desta disposição representa a violação de um termo essencial deste Contrato.

## 21. USO DO NOME, EMBLEMA OU SÊLO OFICIAL DA UNESCO OU DA ONU

O Contratado não deverá divulgar ou tornar público o fato de que é um Contratado da UNESCO, nem deverá, de modo algum, usar o nome, emblema ou selo oficial da UNESCO ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da UNESCO ou das Nações Unidas em conexão com seu negócio ou similar.

## 22. CESSÃO E INSOLVÊNCIA

O Contratado não deverá, exceto após a obtenção da aprovação prévia por escrito da UNESCO, ceder, transferir, penhorar ou fazer outra disposição deste Contrato ou de qualquer parte deste documento ou qualquer dos direitos do Contratante ou obrigações nos termos deste Contrato. Caso o contratante se torne insolvente ou se o controle do Contrato mudar devido à insolvência, a UNESCO poderá, sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir este Contrato mediante notificação por escrito ao Contratante.

## 23. TRABALHO INFANTIL

O Contratado declara e garante que nem ele, nem qualquer de seus fornecedores está envolvido em qualquer prática que não esteja de acordo com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32 da mesma, que, entre outras coisas, determina que a criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que seja insalubre ou que interfira em sua educação ou seja perigoso para sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem custos para a UNESCO.

## 24. MINAS

O Contratado declara e garante que nem ele nem qualquer de seus fornecedores está ativamente e diretamente envolvido em atividades de patenteamento, desenvolvimento, montagem, produção, comércio ou fabricação de minas ou em atividades relacionadas a componentes básicos utilizados na fabricação de minas. O termo "minas" significa aqueles dispositivos definidos no Artigo 2, Parágrafos 1, 4 e 5 do Protocolo II anexado à Convenção de 1980 sobre Proibições e Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas Como Excessivamente Agressivas ou de Efeitos Indiscriminados. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade pelos encargos de rescisão ou qualquer outra obrigação de qualquer tipo para a UNESCO.

## 25. ARBITRAGEM

Qualquer controvérsia ou reclamação resultante de ou em conexão com qualquer disposição deste Contrato ou qualquer violação do mesmo deverá ser, se não for resolvida por conciliação direta, resolvida de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL em vigor na data deste Contrato. A UNESCO e o Contratado ficarão sujeitos a qualquer sentença arbitral proferida como resultado da referida arbitragem como adjudicação final de qualquer controvérsia ou queixa.

## 26. CONCILIAÇÃO

Sempre que, no decurso da negociação referida na Cláusula 25 acima, as partes desejarem buscar uma solução amigável de tal disputa, controvérsia ou reivindicação por meio de conciliação, esta será vinculada pela sentença proferida como resultado da conciliação como sendo o julgamento final de qualquer controvérsia ou reclamação.

## 27. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada contido ou relacionado a este Contrato poderá ser considerado como renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários.

## 28. SEGURANÇA

A responsabilidade pela segurança e proteção do contratante e do seu pessoal e da propriedade e da propriedade UNESCO sob custódia do contratante, cabe ao contratante.

O contratante deverá:

(a) Coloque em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país onde estão sendo prestados os serviços;

(b) Suponha que todos os riscos e responsabilidades relacionadas com a segurança do contratante e plena implementação do plano de segurança.

UNESCO reserva-se o direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao plano quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação do contrato. Não obstante o acima, o Contratante será o único responsável pela segurança do seu pessoal e os bens da UNESCO sob sua custódia como estabelecido na condição.

## 29. ANTITERRORISMO

O contratante compromete-se a envidar todos os esforços razoáveis para assegurar que nenhum dos fundos recebidos da UNESCO nos termos deste Contrato são usados para dar apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pela UNESCO seguinte não em aparecer na lista mantida pelo Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos da Resolução 1267 (1999). A lista pode ser acessada através <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os sub-contratos ou sub-contratos celebrados nos termos deste Contrato.



## ANEXO II: TERMO DE REFERÊNCIA – PJ

### 1. OBJETO

Desenvolvimento da análise situacional da Mobilidade Urbana com integração ao Meio Ambiente, com informações para as estratégias a serem adotadas e a proposição de planos de ação para mitigar os problemas identificados, dentro da realidade do Distrito Federal.

### 2. JUSTIFICATIVA

No Brasil, o conceito de mobilidade urbana em si é novo para o governo federal e para a maioria das cidades brasileiras, resultando na necessidade de aprofundamento das discussões para sua consolidação e implementação. A incorporação da dimensão ambiental na sua formulação coloca o país em sintonia com as discussões mundiais e proporciona nova oportunidade de reflexão sobre o processo de formação das cidades e os mecanismos de exclusão social.

Esta nova abordagem preconiza a democratização do espaço público, a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos e a promoção do direito à cidade. Trata-se de refletir sobre o modelo de cidade que estamos diariamente construindo, que se manifesta no planejamento urbano e no desenho da cidade, que dá suporte ao modelo de mobilidade que se baseia em modos individuais e motorizados de transporte. A análise conjunta de todos os aspectos que condicionam a circulação das pessoas nas cidades é fundamental para se compreender a mobilidade urbana e seu papel para o desenvolvimento local.

A solução dos problemas de mobilidade, por sua vez, é deixada na esfera privada, como resultado das escolhas individuais por modo de transporte, conforme a renda das pessoas.

Uma política de mobilidade que se proponha a enfrentar os problemas urbanos deve ter como objetivo a reversão do atual modelo de mobilidade que predomina nas cidades brasileiras, integrando-a aos instrumentos de gestão



urbanística, subordinando-a aos princípios da sustentabilidade ambiental e voltando-a para a inclusão social.

A ação do governo local deve considerar também a redução dos impactos ambientais por meio da utilização de novas fontes energéticas renováveis ou menos poluentes no transporte público e a alteração dos fatores que geram a necessidade de viagens motorizadas ou influenciam a escolha do modo de transporte pelas pessoas.

Na comunidade científica parece haver um consenso de que a redução dos deslocamentos motorizados e o estabelecimento de mudanças a favor de modais ambientalmente corretos, a destacar o transporte público e os não motorizados (TNM), constituiriam as estratégias fundamentais para a redução no consumo energético e na mitigação das emissões de GEE.

A introdução de combustíveis e tecnologias limpas e os melhoramentos na eficiência energética poderiam ser considerados medidas estruturais, ou *building blocks*, pois lançam as bases para uma alteração nos processos de produção e consumo final de energia, apresentando grande potencial de redução nas emissões de CO<sub>2</sub> nos transportes.

No entanto, ressalta-se que a maioria das estratégias de mitigação das emissões relacionadas à mobilidade urbana concentra-se em medidas tecnológicas. E não é de se estranhar o aumento de investimentos de empresas automotivas com presença global no desenvolvimento de motores mais eficientes que utilizam energia "limpa": trata-se de alternativas para manter o mercado crescente da motorização individual, em especial em países em desenvolvimento, antevendo possíveis restrições que serão impostas pelos países desenvolvidos.

Um sistema de avaliação e mensuração objetiva da sustentabilidade urbana, voltado para a integração da mobilidade urbana e das medidas mitigadoras dos efeitos correlatos no meio ambiente, é uma ferramenta de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas públicas assertivas que objetivem a melhoria da mobilidade urbana concomitantemente com a melhora dos indicadores da qualidade do meio ambiente do Distrito Federal.



A realização desta contratação atenderá o previsto na concepção de modelos estratégicas, instrumentos e estruturas organizacionais aplicáveis aos processos: decisórios, programáticos, técnico e avaliativo do IBICT (**Objetivo 1, Resultado 1.2, Atividade 1.2.1**).

### 3. ESCOPO

Elaboração de estudo para a Construção de um Sistema de Indicadores para a Mobilidade Urbana integrada ao Meio Ambiente, com o uso de tecnologias para a Sustentabilidade Urbana do Distrito Federal.

A metodologia do trabalho a ser realizado integra uma pesquisa descritiva dos indicadores de Sustentabilidade Urbana conforme as principais referências científicas e uma aplicação de Estudo de Caso ao Distrito Federal visando a construção do sistema de indicadores proposto.

O trabalho será desenvolvido em quatro etapas conforme as atividades descritas no item 4 a seguir.

Como resultado, o sistema de indicadores para a Mobilidade Urbana integrada ao Meio Ambiente servirá de constructo objetivo de avaliação do estágio em que o Distrito Federal se encontra frente às melhores práticas existentes, bem como um instrumento de diagnóstico visando consubstanciar políticas públicas que visem a melhoria do status de Sustentabilidade Urbana do ente federativo.

### 4. PRODUTOS E ATIVIDADES

Os seguintes produtos e atividades deverão ser entregues e realizadas

**4.1. Produto 1:** Documento Técnico apresentando o Sumário Executivo e a Visão Geral do Estudo segundo o escopo do trabalho.

Para a execução deste produto, a contratada deverá executar as seguintes atividades:

- **Atividade 1:** Realizar pesquisa e definição de metodologia da análise dos indicadores conforme as melhores práticas e referências bibliográficas mundiais de maior relevância.



- **Atividade 2:** Definir o sistema de indicadores considerando as perspectivas, elementos de análise, evidências físicas e escala de medição do status geral da avaliação.

**4.2. Produto 2:** Documento técnico detalhado contendo o Estudo Final e o Relatório de Entrega com a proposta do sistema de indicadores, ponderações, evidências físicas referentes aos indicadores e régua de medição sobre o *status* do Distrito Federal conforme a pontuação geral do sistema em uma escala de 0 a 1.000 pontos.

Para a execução deste produto, a contratada deverá executar as seguintes atividades:

- **Atividade 1:** Realizar levantamento, descrição e construção do modelo do sistema de avaliação da sustentabilidade urbana;
- **Atividade 2:** Efetuar a construção final do sistema de indicadores conforme as perspectivas, elementos de análise, evidências físicas e escala de medição do status geral da avaliação.

## 5. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO

A equipe técnica deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- 01 (um) profissional de nível superior, com formação em Administração de Empresas, com mestrado ou doutorado nas áreas Administração, Ciências Contábeis, Biologia, Engenharia da Produção ou Engenharia de Transportes, com experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos em Gestão Pública. O profissional será responsável pela coordenação do trabalho em todas as atividades previstas.

01 (um) profissional de nível superior, formado em Biologia ou Engenharia Ambiental com experiência em projetos ou programas na área ambiental (diagnósticos ambientais, coordenação de licenciamento e de meio biótico em estudos ambientais, programas ambientais de monitoramento e resgate de fauna e flora, análises ambientais, elaboração de programas ambientais, criação de unidades de conservação e salas verdes, planos de manejo, e com



gerenciamento de dados e equipes dos diversos grupos da fauna, flora e espeleologia, educação ambiental e outros estudos associados ao meio ambiente) de, no mínimo, 3 (três) anos. O profissional será o responsável pela classificação das perspectivas e elementos de análise, bem como a descrição das evidências físicas do sistema de indicadores.

## 6. PLANO DE TRABALHO

As licitantes, com base neste Termo de Referência, deverão apresentar, juntamente com suas propostas, um Plano de Trabalho, que, no momento da contratação da empresa vencedora, poderá, caso considerado necessário, ser ajustado pela UNESCO e pelo Ibict.

As empresas licitantes deverão obedecer rigorosamente aos prazos, metas e demais etapas, descritas no Modelo do Plano de Trabalho, sobe pena de desclassificação na fase de análise.

O Plano de Trabalho deverá conter os seguintes itens:

1. Objetivos do trabalho;
2. Produtos a serem entregues durante a execução do trabalho;
3. Atividades a serem desenvolvidas para a realização de cada Produto;
4. Prazo necessário à execução de cada Produto;
5. Proposta de reuniões de acompanhamento do desempenho do trabalho com a equipe gestora da CONTRATANTE, indicando número de reuniões e períodos;
6. *Gantt Chart* com detalhamento do solicitado nos itens 4 e 5 descritos acima;
7. Perfil da equipe de trabalho;
8. Plano de "Quality Assurance" para as diferentes etapas desta contratação.

## 7. CRONOGRAMA DE ENTREGAS

7.1. Os Produtos/Atividades deverão ser prestados/entregues em até 40 (quarenta) dias, conforme cronograma a seguir:



<b>Produtos</b>	<b>Prazo de entrega após a assinatura do contrato (em dias corridos)</b>	<b>Valor da Parcela (% do total do contrato)</b>
Produto 1	10 (dez) dias	30%
Produto 2	40 (quarenta) dias	70%
<b>Total</b>	40 (quarenta) dias	100%

7.2. Os serviços deverão ser iniciados logo após a assinatura do Contrato.

7.3. A UNESCO será rigorosa a conferência dos produtos/serviços entregues/prestados, reservando-se o direito de conceder autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto/serviço entregue/prestado.

7.4. Cada pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento e ateste pelo Projeto e pela UNESCO da prestação do serviço/entrega do produto, segunda as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.5. As parcelas serão pagas mediante a emissão da Nota Fiscal por parte da Contratada contendo discriminação detalhada dos serviços/produtos. A Nota Fiscal deverá ser entregue no mesmo local de entrega do produto/serviço.

7.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto 914BRZ2005, CNPJ 03.736.617/0001-68.

7.7. A UNESCO não efetua o ressarcimento de nenhum imposto pago pela empresa.

7.8. Os produtos deverão ser entregues no formato digital em versões editáveis (arquivos Word e PDF) e possuir atributos que permitam recursos de cópia para área de trabalho, ferramenta de busca, realce de texto, inserção de comentários e indexação através de softwares indexadores.

As imagens deverão ser entregues em alta resolução e com qualidade para serem impressas sem a necessidade de serem reconstruídas ou retocadas e deverão ser entregues em JPEG com resolução mínima de 300 dpi.



## 8. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibiict

SAUS – Setor de Autarquias Sul – Quadra 05 Lote 06 Bloco H Sala 500

Brasília, DF, Brasil – 70070-912.

## 9. PENALIDADES

Multa de 2% sobre o valor total do Contrato e juro de mora de 0.01% (zero ponto zero um por cento) ao dia, calculada *pro rata tempore*, sobre o valor total do Contrato, por impontualidade no cumprimento da data final do Contrato e/ou não aceitação pela UNESCO dos serviços ou produtos contratados, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

## 10. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da apresentação.

## 11. CRITÉRIO DESCLASSIFICATÓRIO

Não atendimento a qualquer um dos itens contidos neste Edital.

## 12. MONITORIA DO CONTRATO

Caberá ao IBICT e à UNESCO o acompanhamento da execução dos serviços, mediante a realização de reuniões a serem realizadas na sede do IBICT, juntamente com a equipe técnica da empresa vencedora.

A periodicidade das reuniões ser quinzenal, podendo sofrer alterações de acordo com o cronograma do plano de trabalho aprovado entre as partes.

A responsabilidade pela supervisão dos serviços a serem contratados será dos órgãos solicitantes (IBICT e UNESCO). Os produtos deverão ser encaminhados à Coordenação do Setor de Ciências da UNESCO, assinado pelo responsável do projeto, acompanhado de Nota Técnica da área



responsável aprovando o produto e atestando o pagamento. A UNESCO é parte integrante do processo de aprovação dos produtos apresentados.

### 13. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação será o de **Menor Preço Global e** pela análise dos documentos exigidos por este Termo de Referência.

A licitante deverá apresentar, juntamente com sua proposta, comprovação de qualificação técnica para a prestação do serviço.

A comprovação de capacidade técnica da contratante deverá ser realizada mediante apresentação de documento(s) que ateste(m) atuação na área de estudos para o meio ambiente ou mobilidade urbana ou sistema de indicadores de avaliação de gestão pública, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, inclusive pelas entidades profissionais competentes, para trabalhos semelhantes realizados nos últimos 5 (cinco) anos a contar da data da licitação.

A licitante deverá apresentar comprovação da qualificação da equipe técnica, conforme exigida no item 5: Composição da Equipe de Trabalho. A comprovação da qualificação da equipe técnica se dará mediante apresentação de *Currículo Lattes* dos profissionais.

